



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 679955 - RJ (2021/0218310-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : GRAZIELA YUMI MIYAUCHI DE ALENCAR  
**ADVOGADO** : GRAZIELA YUMI MIYAUCHI DE ALENCAR - SP276217  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : ARNALDO GONÇALVES DOS SANTOS (PRESO)  
**CORRÉU** : ANTÔNIO JORGE GONÇALVES DOS SANTOS (PRESO)  
**CORRÉU** : VALDECIRA GONÇALVES DOS SANTOS  
**CORRÉU** : MANOEL ANTONIO SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ARNALDO GONÇALVES DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos autos da Apelação Criminal n. 0000363-17.1999.8.19.0034

O paciente foi condenado à pena de 8 anos pelos crimes descritos nos art. 12 e 14 da lei 6368/76, nos termos do art. 29 e 69 do Código Penal.

Aduz o impetrante que tem direito ao chamado efeito extensivo do recurso, em que o resultado do provimento de um recurso é estendido em benefício dos demais corréus que não recorreram, não estando a decisão embasada em fundamentos pessoais. Dessa forma, aduz que os efeitos do julgamento do HC n. 385.341/RJ, julgado pela Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça deva ser estendido ao paciente, para que se evitem decisões conflitantes em relação ao mesmo caso.

O acórdão recorrido traz a seguinte ementa (fl. 275):

EMENTA - LEI DE TÓXICOS - TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO ESTÁVEL PARA TAL FINALIDADE - CERCEAMENTO DE DEFESA - INOCORRÊNCIA - REJEIÇÃO DAS PRELIMINARES - PROVA ROBUSTA DA AUTORIA - DELITOS CONFIGURADOS - TRÁFICO DE ENTORPECENTES PROMOVIDO ATRAVÉS DAS AGÊNCIAS DOS CORREIOS - SERVIÇO POSTAL MANTIDO PELA UNIÃO FEDERAL - AUDÁCIA DOS APELANTES AMPLAMENTE COMPROVADA JUDICIALMENTE - JUÍZO DE CENSURA INQUESTIONÁVEL - RESPOSTA PENAL BENEVOLENTE, BEM MAIS LEVE DO QUE

A IMPOSTA À CORRÉ NO DO PROCESSO CONCURSO DESMEMBRADO - EQUÍVOCO NA INCIDÊNCIA FORMAL DE CRIMES - INÉRCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

Revelando a robusta prova reunida no processado que os apelantes e os corréus do processo desmembrado, que já foram condenados, formavam uma associação criminosa destinada a promover o tráfico de entorpecentes no Município de Miracema e Norte Fluminense, fazendo uso de serviço postal mantido pela União Federal e explorado pelos Correios, remetendo um para o outro bichinhos de pelúcia da agência de Niterói para Miracema, no interior dos quais colocavam cocaína para comercialização no varejo, o que se realizou durante bastante tempo, de forma reiterada, tanto que conseguiram adquirir bens imóveis e móveis de altíssimos valores em nomes de parentes e terceiras pessoas, que foram apreendidos por determinação judicial, restam configurados os crimes pelos quais foram condenados.

A resposta penal foi corretamente medida nas bases e até benevolente na totalização definitiva em decorrência do equívoco na adoção do concurso formal de crimes, porque incabível nas modalidades criminosas praticadas, vez que o delito de associação para o tráfico é de consumação antecipada, precedendo, por isso, o próprio crime de tráfico, que pode até não ser praticado, revelando-se inviável o cometimento de ambos mediante uma só ação ou omissão, não se olvidando que para promover a traficância no Município de Miracema os apelantes usavam agências dos Correios para enviar os bichinhos de pelúcia com a cocaína, serviço postal que é mantido pela União Federal, importando, ainda, assinalar que a corre Valdecira, irmã dos apelantes, que não teve participação tão intensa nos crimes, sofreu sanção penal bem mais grave, mesmo depois de reduzida no julgamento da apelação para 10 anos de reclusão, porque sua pena no crime de tráfico foi fixada em 6 anos de reclusão e no de associação em 4 anos de reclusão (fl. 1.288), sanção confirmada no HC 1 5.068/RJ, 1 rel. Min. Edson Vidigal, julgado pela Quinta Turma do STJ, e HC 82.714-4, rel. Min. Gilmar Mendes, julgado pela Segunda Turma do STF. O regime prisional inicial fechado é o único indicado na hipótese, considerando o quantitativo da pena concretizada e a hediondez do crime de tráfico de entorpecente. Preliminares rejeitadas. Recurso improvidos.

Requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para que seja estendido ao paciente a redução de pena determinada no HC n. 385.341 (3 anos e 6 de reclusão, mais o pagamento de 58 dias-multa) e o reconhecimento da prescrição retroativa da pena *in convreto*, nos termos do art. 109, inciso IV, do Código Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente